



**COMISSÃO DE MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO  
REEQUILÍBIO FINANCEIRO DA  
ASSISTÊNCIA À SAÚDE FUNSERV – DECRETO 27.58123**

**ATA DA 4<sup>a</sup> REUNIÃO – 26/05/23**

Aos vinte e seis dias do mês de maio, do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se reunião da Comissão de Monitoramento, Avaliação, Elaboração e Implementação do Reequilíbrio Financeiro da Assistência à Saúde Funserv, com início às 10:30 , na sala de reuniões da Câmara Municipal de Sorocaba, tendo sido eleito esse local, pela facilidade da maioria dos membros para se reunirem, uma vez que todos possuem atribuições relevantes em seus departamentos de trabalho. Membros presentes, conforme lista de presença anexa, tendo sido o sr. Rafael Campanholi convidado a participar do presente grupo pela Secretaria de Governo, como membro suplente, tendo sido aprovado por todos. A abertura dos trabalhos se deu com a palavra da sra. Silvana, como de praxe, agradecendo a disponibilidade e presença de todos, eis que todos ali assoberbados, mas dedicando parte de seu tempo para a construção de algo que é para todos os servidores públicos. Continuou a sra. Silvana informando que o intervalo entre a última reunião e essa se deu em razão de pedido dos membros da PMS para que pudessem adiantar alguns estudos que estavam sendo feitos por eles, especialmente quanto à proposta de melhor utilização de quantitativo de consultas médicas, que teria sido detectada como “a porta de entrada” para todos os gastos da Saúde. Também foi lembrado que a PMS não oficializou quais itens do Projeto de Lei inicialmente aprovado pelo Conselho Administrativo, para reequilíbrio das contas, com base no Cálculo Atuarial da Saúde, e enviado à mesma, para nortear os trabalhos desse grupo, uma vez que o estudo contemplava diversos itens para sustentabilidade, que podem ser discutidos e que podem ajudar em muito o orçamento da Saúde. Continuou reforçando a importância dos membros conhecerem bem o material sobre Cálculo Atuarial da Saúde, que foi entregue na primeira reunião, expondo mais uma vez quanto aos principais fatores de desequilíbrio das contas, de modo ordinário, tal ser nosso reajuste da saúde, de acordo com o reajuste do funcionalismo e este ser muito menor do que o índice utilizado pelos hospitais e clínicas em geral que é o VCMH – índice de variação dos custos médicos-hospitalares, para atualização de insumos tais materiais, medicamentos, etc., que foi de 23% no exercício de 2022, enquanto nosso reajuste foi de 10%, menos da metade. O sr. Edgar, então ressaltou

que fora isto, a nomeação apenas para cargos subsidiados (que recolhem para saúde valor menor que a média de gastos por pessoa do sistema), os reajustes anuais previstos contratualmente aos prestadores no segundo semestre e casos extremos (que fogem do padrão em custos, ou por determinação judicial de alto custo, como temos no momento um caso pós cirurgia plástica particular, resultante em grave perigo de morte, onde a ordem foi a Funserv arcar com todas as despesas). Seguiu-se da apresentação do comparativo de receitas e despesas liquidadas, demonstrando uma recuperação do saldo (fundo reserva) na ordem de R\$6.284.988,25, o que é um cenário bastante otimista. Continuou quanto à saída por aposentadoria do dr. Setembrino, que atuava na regulação prévia (liberação de cirurgias), o que diminuiu a velocidade de análise pelos demais médicos efetivos da Funserv, mas à medida que vão ocorrendo as liberações, o custo mês tende a se elevar novamente. O sr. Rafael pediu a palavra informando que o grupo da PMS está trabalhando de fato uma minuta de Decreto para criar critérios de utilização da saúde, de modo a criar economia ao sistema, mas que houve atraso na sua finalização pois a equipe de profissionais da saúde que estavam dando suporte tiveram de priorizar a elaboração da peça orçamentária da SES, mas que estão abordando questões como a quantidade de consultas médicas a serem autorizadas e também de exames. Nesse sentido, o sr. Edgar informou que o sistema informatizado já possui parametrização de utilização (intervalo obrigatório de tempo para realização do mesmo tipo de exame). O Sr. Rafael continuou dizendo ser do interesse da administração esgotar todas as medidas de contenção de despesas antes de se pensar na transferência de aumento de arrecadação ao servidor, com o que todos concordaram, justificando que ao subir, aqueles que já pagam mais, começam a ameaçar que irão sair, pois não seria mais interessante financeiramente, causando maior desequilíbrio, já que o sistema é solidário e os titulares de maiores salários é que subsidiam os de menores valores e seus dependentes, muitos deles isentos, ou seja, sem nenhuma contribuição. O sr. Edgar complementou, dizendo que as pessoas que ganham mais e pagam mais, acabam falando de sair do sistema e buscar um plano fora, mais barato, porém, se esquecem que lá, os índices de reajuste anual são regidos pela ANS e por faixa etária, assim, no primeiro ano da troca, pode ser até vantajoso em termos de custo, mas já no ano seguinte, poderá ficar mais caro e assim sucessivamente, até que ao se atingir idade mais avançada, ficará tremendamente mais caro e isso as pessoas não pensam agora, mas sofrerão no futuro. Após essas considerações, a sra. Silvana propôs a análise do Projeto de Lei que fora enviado em 12/2022 ao Gabinete do sr. Prefeito, sem devolutiva formal quanto a seu seguimento, e discussão quanto aos itens ali abordados, derivados do estudo atuarial da saúde. A sra. Fernanda mencionou que é importante conhecer a vontade do Prefeito, para trabalharmos nas questões que o governo poderá aceitar, já que depende dele a decisão final de envio de Projeto de Lei à Câmara para aprovação. Assim, seguiu-se com a análise do PL já existente,

excetuado qualquer tipo de revisão de alíquota dos servidores titulares, considerando já ter sido falado em várias reuniões que é item que não será abordado em lei pelo Executivo e também não é o desejo dos membros desta comissão, enquanto não forem esgotadas todas as demais hipóteses de equilíbrio financeiro, o que foi decidido de modo positivo, passando então para análise do grupo, os seguintes tópicos, que assim foram decididos: A) alíquota referente ao 13º salário, sendo fracionada em 12 meses, o que melhora muito a capacidade de atendimento aos beneficiários, uma vez que aumenta a arrecadação mensal e não somente ao final de cada exercício, podendo ser entregue em serviços aos servidores, e não impactando em aumento, uma vez que o servidor já faz essa contribuição, passando a ser livre desse pagamento quando do recebimento de seu 13º, tendo sido comentado pelo sr. Marcelo Regalado que para a PMS também é bem melhor a distribuição dessa forma, pois final de ano é sempre mais complicado orçamentariamente, ficando decidido pela manutenção da medida proposta. B) Elevação da contribuição patronal de 5% para 6%, equiparando-se à do servidor, bem como a elevação da patronal em relação ao titular que contribui pelo piso, passando a contribuição mínima de 12%, a serem mantidos na proposta, para posterior análise orçamentária da PMS. C) Solução para a questão da contribuição mínima para os beneficiários, passando a ser linear de 15% do piso da PMS, medida essa justa, já que hoje temos uma parte contribuindo com 10% e outra com 20%. D) Alteração nos requisitos do cargo de Supervisor técnico da Saúde, uma vez que na forma atual, inúmeras pessoas foram convidadas sem êxito, pois foi criado de forma extremamente específica, há mais de 10 anos atrás, quando havia ainda incorporações. A sra. Évelin apontou que as possíveis alterações em relação ao patronal precisam de previsão junto à LOA. Ficou acordado de finalizar a questão dos tópicos da lei na próxima reunião, para poder se dar sequência à mesma, enquanto se conclui o trabalho relativo ao decreto. O Sr. Robson se manifestou no sentido de se observar a contribuição familiar, fazendo ensaios, para que fiquem valores viáveis para todos, quando da análise das faixas e valores de dependentes. O sr. Edgar citou ainda, já finalizando a reunião, que a corregedoria está acompanhando todo o processo dos credenciamentos dos laboratórios, com o que também se espera uma redução de despesas. A próxima reunião será marcada junto ao grupo, via whatsapp, previamente agendada para 02/06 p.f. junto à Câmara, aguardando a sinalização quanto à finalização da minuta do decreto. Nada mais dito, a reunião foi dada por encerrada.

Silvana Maria S. D. Chinelatto  
Secretária Designada